



IA generativa, escrita acadêmica e formação intelectual em Arquitetura e Urbanismo

Sandra Medina Benini

Docente do PPGAU UNIVAG, Centro Universitário de Várzea Grande

Pós-Doutorado pela FAAC/UNESP e Doutora pela UPM

sandra.benini@univag.edu.br

Submissão: 26/08/2025

Aceite 10/10/2025

BENINI, Sandra Medina. IA generativa, escrita acadêmica e formação intelectual em Arquitetura e Urbanismo. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**, [S. l.], v. 7, n. 27, p. e2601, 2026. DOI: [10.17271/b9nsaq34](https://doi.org/10.17271/b9nsaq34). Disponível

em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/rlaac_sustentabilidade/article/view/6301.

Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



IA generativa, escrita acadêmica e formação intelectual em Arquitetura e Urbanismo

RESUMO

Objetivo – O artigo analisa os impactos da Inteligência Artificial generativa na formação universitária em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase na escrita acadêmica como prática de construção do pensamento, discutindo como a mediação algorítmica tensiona a autoria intelectual, a integridade acadêmica e os fundamentos epistemológicos da formação crítica.

Metodologia – Adota-se uma abordagem qualitativa de natureza teórico-crítica, baseada em revisão bibliográfica nacional e internacional sobre Inteligência Artificial no ensino superior, escrita acadêmica, ética, avaliação universitária e colonialidade do saber, estruturando a análise em eixos temáticos articulados.

Originalidade/relevância – O estudo insere-se na lacuna de pesquisas que problematizam a IA não apenas como ferramenta técnica, mas como mediação epistemológica na formação em Arquitetura e Urbanismo, contribuindo para o debate crítico ao deslocar o foco da eficiência tecnológica para as implicações formativas, éticas e políticas do uso dessas tecnologias.

Resultados – Os resultados indicam que o uso acrítico da IA generativa favorece a produção de textos formalmente adequados, porém desvinculados de processos efetivos de elaboração conceitual, fragilizando a autoria, a responsabilização intelectual e a função formativa da escrita, além de reforçar hierarquias epistemológicas e comprometer a avaliação universitária.

Contribuições teóricas/metodológicas – O artigo contribui ao propor uma leitura da IA como artefato epistemológico e político, articulando os debates sobre escrita acadêmica, ética e colonialidade do saber, e ao sugerir a necessidade de reconfiguração das práticas avaliativas e pedagógicas no ensino superior.

Contribuições sociais e ambientais – Ao problematizar os efeitos da IA na formação de arquitetos e urbanistas, o estudo aponta implicações diretas na capacidade desses profissionais de interpretar criticamente o território e intervir de forma responsável no espaço urbano, destacando a importância da formação crítica para enfrentar desigualdades socioespaciais e desafios contemporâneos.

2

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial generativa, Escrita acadêmica, Arquitetura e Urbanismo

Generative AI, Academic Writing, and Intellectual Formation in Architecture and Urbanism

ABSTRACT

Objective – This article analyzes the impacts of generative Artificial Intelligence on university education in Architecture and Urbanism, with an emphasis on academic writing as a practice of constructing thought. It examines how algorithmic mediation challenges intellectual authorship, academic integrity, and the epistemological foundations of critical education.

Methodology – A qualitative, theoretical-critical approach is adopted, based on a review of national and international literature on Artificial Intelligence in higher education, academic writing, ethics, university assessment, and the colonality of knowledge, structuring the analysis into articulated thematic axes.

Originality/Relevance – The study addresses a gap in the literature by problematizing AI not merely as a technical tool, but as an epistemological mediation in the education of Architecture and Urbanism, contributing to critical debate by shifting the focus from technological efficiency to the formative, ethical, and political implications of these technologies.

Results – The findings indicate that the uncritical use of generative AI promotes the production of formally adequate texts that are disconnected from effective processes of conceptual development, weakening authorship, intellectual accountability, and the formative function of writing, while reinforcing epistemological hierarchies and undermining university assessment.

Theoretical/Methodological Contributions – The article contributes by proposing an interpretation of AI as an epistemological and political artifact, articulating debates on academic writing, ethics, and the colonality of knowledge, and by suggesting the need to reconfigure assessment and pedagogical practices in higher education.



Social and Environmental Contributions – By problematizing the effects of AI on the education of architects and urban planners, the study highlights direct implications for their ability to critically interpret territory and intervene responsibly in urban space, emphasizing the importance of critical education in addressing socio-spatial inequalities and contemporary challenges.

KEYWORDS: Generative Artificial Intelligence, Academic Writing, Architecture and Urbanism

IA generativa, escritura académica y formación intelectual en Arquitectura y Urbanismo

RESUMEN

Objetivo – El artículo analiza los impactos de la Inteligencia Artificial generativa en la formación universitaria en Arquitectura y Urbanismo, con énfasis en la escritura académica como práctica de construcción del pensamiento, discutiendo cómo la mediación algorítmica tensiona la autoría intelectual, la integridad académica y los fundamentos epistemológicos de la formación crítica.

Metodología – Se adopta un enfoque cualitativo de naturaleza teórico-crítica, basado en revisión bibliográfica nacional e internacional sobre Inteligencia Artificial en la educación superior, escritura académica, ética, evaluación universitaria y colonialidad del saber, organizado en ejes analíticos articulados.

Originalidad/relevancia – El estudio se inserta en una brecha teórica al problematizar la IA no solo como herramienta técnica, sino como mediación epistemológica en la formación en Arquitectura y Urbanismo, contribuyendo al debate crítico al desplazar el enfoque de la eficiencia tecnológica hacia sus implicaciones formativas, éticas y políticas.

Resultados – Los resultados indican que el uso acrítico de la IA generativa favorece la producción de textos formalmente adecuados, pero desvinculados de procesos efectivos de elaboración conceptual, debilitando la autoría, la responsabilidad intelectual y la función formativa de la escritura, además de reforzar jerarquías epistemológicas y afectar la evaluación académica.

Contribuciones teóricas/metodológicas – El artículo contribuye al proponer una lectura de la IA como artefacto epistemológico y político, articulando debates sobre escritura académica, ética y colonialidad del saber, y sugiriendo la necesidad de reconfigurar las prácticas pedagógicas y evaluativas en la educación superior.

Contribuciones sociales y ambientales – Al analizar los efectos de la IA en la formación de arquitectos y urbanistas, el estudio destaca implicaciones en su capacidad de interpretar críticamente e intervenir responsablemente en el espacio urbano, subrayando la importancia de una formación crítica para enfrentar desigualdades socioespaciales y desafíos contemporáneos.

PALABRAS CLAVE: Inteligencia Artificial generativa, Escritura académica, Arquitectura y Urbanismo



1. INTRODUÇÃO

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) no ensino superior tem se intensificado de forma acelerada nos últimos anos, especialmente a partir da difusão de sistemas de IA generativa capazes de produzir textos, estruturar argumentos e sintetizar conteúdos acadêmicos. Esse processo tem sido amplamente acompanhado por discursos institucionais que associam tais tecnologias à inovação, à eficiência e à modernização das práticas educacionais, frequentemente apresentando a IA como resposta inevitável às transformações contemporâneas da universidade (Selwyn, 2016; 2019). No entanto, como alertam Williamson, Eynon e Potter (2020), a velocidade dessa incorporação tem superado a capacidade crítica das instituições de ensino superior de refletirem sobre seus efeitos formativos, epistemológicos e éticos.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, a introdução da IA ocorre de forma desigual e, em grande medida, orientada por uma racionalidade técnico-instrumental que historicamente acompanha os processos de digitalização da disciplina. Conforme analisa Carpo (2011; 2017), a incorporação de tecnologias computacionais na arquitetura tem sido associada à ampliação de capacidades técnicas e à otimização de processos projetuais, deslocando o debate formativo para parâmetros de desempenho, produtividade e inovação formal. Com a IA generativa, esse movimento se aprofunda, uma vez que a tecnologia passa a incidir não apenas sobre o projeto enquanto objeto técnico, mas também sobre a produção discursiva que o fundamenta, atuando diretamente sobre a escrita acadêmica e a elaboração conceitual (Carpo, 2023; Leach, 2022).

Arquitetura e Urbanismo, contudo, não se configuram como campos de formação restritos ao domínio de ferramentas e procedimentos operacionais. Trata-se de áreas cuja especificidade reside na articulação entre projeto, teoria e crítica, nas quais a escrita acadêmica desempenha papel formativo central. Como argumentam Emig (1977) e Larrosa (2002), a escrita universitária constitui prática de construção do pensamento, por meio da qual o estudante organiza conceitos, sustenta argumentos e elabora posições críticas. No contexto da Arquitetura e Urbanismo, essa dimensão é particularmente evidente na iniciação científica e no Trabalho de Conclusão de Curso, em que texto e projeto se articulam de forma indissociável (Leach, 2022).

A mediação algorítmica da escrita e da produção bibliográfica, nesse sentido, não pode ser compreendida como questão meramente instrumental. Ao incidir sobre práticas de leitura, síntese, argumentação e autoria, a IA generativa afeta diretamente os fundamentos pedagógicos e epistemológicos da formação universitária.

Este artigo parte da hipótese de que o uso acrítico da IA generativa no ensino de Arquitetura e Urbanismo tende a deslocar processos formativos centrais, fragilizando



a autoria intelectual, a integridade acadêmica e os critérios tradicionais de avaliação universitária. Argumenta-se que, ao mediar a escrita acadêmica associada à pesquisa e à fundamentação conceitual do projeto, a IA tensiona o próprio sentido da formação universitária na área, aproximando-a de uma lógica de treinamento operacional, em detrimento da construção do pensamento crítico (Selwyn, 2016; 2019).

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-crítica, baseada em revisão bibliográfica de literatura nacional e internacional sobre Inteligência Artificial no ensino superior, escrita acadêmica, ética, avaliação universitária e colonialidade do saber. A análise organiza-se em eixos que discutem o consenso tecnocrático em torno da IA, seus impactos sobre a formação em Arquitetura e Urbanismo, as implicações éticas da escrita mediada por sistemas generativos e os efeitos desse processo sobre a avaliação e a integridade acadêmica, culminando na proposição de uma ética situada para o uso da IA na formação universitária.

2. O CONSENSO TECNOCRÁTICO: QUANDO A CRÍTICA É SUBSTITUÍDA PELA EFICIÊNCIA

A incorporação da Inteligência Artificial no ensino superior tem sido amplamente orientada por um consenso tecnocrático que tende a apresentar essas tecnologias como soluções inevitáveis para os desafios contemporâneos da universidade (Silva et. al, 2025). Nesse enquadramento, a IA é mobilizada sobretudo a partir de promessas de eficiência, inovação e otimização de processos, sendo raramente problematizada enquanto mediação epistemológica que incide sobre os modos de produção do conhecimento e sobre os processos formativos (Selwyn, 2016; 2019). Tal consenso não se limita ao campo educacional, mas integra uma racionalidade mais ampla que associa progresso tecnológico à melhoria automática das práticas institucionais, deslocando o debate crítico sobre fins, valores e implicações sociais dessas tecnologias.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, essa racionalidade encontra terreno fértil em razão da longa associação entre inovação tecnológica e transformação da prática projetual. Como demonstra Carpo (2011), os processos de digitalização da arquitetura historicamente redefiniram não apenas os instrumentos de projeto, mas também os critérios de legitimidade profissional e acadêmica, promovendo uma gradual valorização da técnica como horizonte normativo da formação. No que Carpo (2017) denomina “segunda virada digital”, a arquitetura passa a ser progressivamente orientada por lógicas algorítmicas, nas quais desempenho, parametrização e automação assumem centralidade, frequentemente em detrimento da reflexão crítica sobre os fundamentos conceituais do projeto.



A emergência da IA generativa aprofunda esse movimento ao deslocar a intervenção tecnológica para além da dimensão formal ou operacional do projeto, incidindo diretamente sobre a produção discursiva que o sustenta. Diferentemente de ferramentas digitais anteriores, a IA generativa atua sobre a escrita acadêmica, a organização argumentativa e a síntese teórica, elementos centrais da formação universitária. Como observa Carpo (2023), ao simular processos de inteligência e criatividade, a IA não apenas automatiza tarefas, mas reconfigura a própria compreensão do que se entende por autoria, decisão e responsabilidade intelectual no campo da arquitetura.

Apesar desse deslocamento qualitativo, grande parte da literatura que trata da IA em Arquitetura e Urbanismo permanece centrada em seus ganhos técnicos e operacionais. Estudos e relatos de experiência enfatizam a ampliação de repertórios formais, a aceleração de etapas projetuais e a multiplicação de alternativas de solução, frequentemente sem problematizar os impactos dessas ferramentas sobre a formação crítica dos estudantes e sobre os processos de construção do conhecimento (Leach, 2022). Essa abordagem reforça uma separação artificial entre projeto e escrita, como se o primeiro fosse o espaço legítimo da criação e a segunda um mero dispositivo de registro ou justificativa posterior.

Tal separação é epistemologicamente problemática. Como indicam estudos sobre formação acadêmica e escrita no ensino superior, a escrita não constitui etapa acessória do processo de aprendizagem, mas prática central de elaboração do pensamento e de construção de sentido (Emig, 1977; Bondía, 2002). No contexto da Arquitetura e Urbanismo, a escrita acadêmica organiza problemas, articula conceitos e confere inteligibilidade às decisões projetuais, sendo parte indissociável do próprio processo de projeto. Ao tratar a escrita como dimensão secundária ou facilmente automatizável, o discurso tecnocrático contribui para esvaziar sua função formativa e epistemológica.

Esse deslocamento pode ser compreendido à luz do que Selwyn (2016; 2019) define como solucionismo tecnológico: a tendência de reduzir problemas educacionais complexos a respostas técnicas, evitando a problematização crítica de suas causas estruturais e de seus efeitos sobre a formação intelectual. No lugar da pergunta formativa fundamental — que tipo de profissional e de pesquisador se pretende formar —, o debate passa a girar em torno de questões operacionais, como a melhor forma de utilizar a tecnologia ou de integrá-la aos fluxos de trabalho acadêmico. Nesse processo, a eficiência torna-se critério privilegiado de avaliação, obscurecendo dimensões éticas, epistemológicas e pedagógicas da formação universitária.

No âmbito da iniciação científica, da produção acadêmica e do Trabalho de Conclusão de Curso, os efeitos desse consenso tecnocrático tornam-se ainda mais



sensíveis. Nessas instâncias, a escrita acadêmica não se limita à apresentação de resultados, mas constitui espaço privilegiado de aprendizagem, no qual o estudante formula problemas de pesquisa, dialoga com a literatura e sustenta teoricamente suas escolhas projetuais. Quando a IA generativa passa a ser utilizada para estruturar textos, produzir sínteses ou sugerir referências sem problematização crítica, esse processo tende a ser deslocado para uma lógica de obtenção de textos eficientes, fragilizando sua dimensão formativa e desvinculando a escrita da experiência intelectual que deveria fundamentá-la (Emig, 1977; Selwyn, 2016; 2019).

Observa-se, assim, a presença de silêncios estruturais na literatura sobre o uso da Inteligência Artificial na Arquitetura e Urbanismo. Embora se multipliquem estudos voltados à otimização de processos e à inovação formal, permanecem pouco exploradas questões relativas à autoria intelectual, à integridade acadêmica e aos efeitos da automação discursiva sobre a formação crítica. Ao evitar esse debate, o consenso tecnocrático contribui para a naturalização de uma racionalidade técnico-instrumental que desloca a escrita do campo da reflexão e do aprendizado para uma lógica de produtividade e desempenho, em desacordo com princípios amplamente defendidos no debate contemporâneo sobre ética, autoria e responsabilidade acadêmica (Floridi, 2023).

Dessa forma, a incorporação acrítica da IA no ensino de Arquitetura e Urbanismo não deve ser compreendida apenas como questão instrumental ou metodológica, mas como problema formativo e epistemológico central.

3. ARQUITETURA E URBANISMO: FORMAÇÃO CRÍTICA OU TREINAMENTO OPERACIONAL?

A formação universitária em Arquitetura e Urbanismo não se constituiu, historicamente, como mero treinamento técnico voltado ao domínio de ferramentas e procedimentos operacionais. Trata-se de um campo de conhecimento cuja especificidade reside na articulação entre projeto, teoria e crítica, exigindo do estudante a capacidade de interpretar contextos, formular problemas, construir argumentos e sustentar conceitualmente suas decisões (Leach, 2022). Nessa perspectiva, a técnica — embora central — não se configura como fim em si mesma, mas como meio subordinado à elaboração conceitual e ao pensamento crítico que orientam a prática projetual.

Essa característica manifesta-se de maneira particularmente evidente na relação entre projeto e escrita acadêmica. Nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a escrita não se limita a um exercício periférico ou estritamente avaliativo, mas integra os processos de pesquisa e de projeto, especialmente na iniciação científica, na elaboração de relatórios, na produção de artigos e no Trabalho de Conclusão de Curso. Esses



dispositivos formativos exigem que o estudante mobilize referenciais teóricos, construa categorias analíticas e explicita os fundamentos conceituais que orientam suas propostas, articulando texto e projeto como dimensões indissociáveis do processo formativo (Carpo, 2017).

Do ponto de vista epistemológico, a escrita acadêmica opera como prática de construção do pensamento. Como argumenta Emig (1977), escrever constitui um modo de aprender, na medida em que envolve operações cognitivas complexas de análise, síntese e reflexão. Essa compreensão é aprofundada por Bondía (2002), ao destacar que a escrita universitária implica atravessar a experiência da dúvida, do tempo e do esforço intelectual, elementos indispensáveis à formação crítica e à constituição de uma autoria intelectual responsável. No contexto da Arquitetura e Urbanismo, escrever não significa apenas explicar o projeto, mas elaborar conceitualmente o próprio ato de projetar.

A introdução da Inteligência Artificial generativa no ensino superior tensiona diretamente essa lógica formativa. A partir da ampla disseminação de sistemas capazes de produzir textos acadêmicos coesos, resumos teóricos e estruturas argumentativas completas, observa-se uma transformação qualitativa na relação entre escrita e aprendizagem. Diferentemente de tecnologias educacionais anteriores, a IA generativa não apenas auxilia etapas periféricas do trabalho acadêmico, mas passa a simular o próprio núcleo da atividade intelectual, produzindo textos com aparência de domínio conceitual e argumentativo (Floridi, 2023).

No ensino de Arquitetura e Urbanismo, essa problemática assume contornos específicos. Estudos empíricos indicam que o uso da IA pode favorecer o desempenho técnico em tarefas pontuais, como cálculos ou respostas objetivas, mas não garante compreensão conceitual aprofundada quando não há mediação docente (Gruenhagen *et al.* (2024). Em experiências recentes no campo da arquitetura, observa-se que ferramentas de IA aplicadas ao projeto podem ampliar rapidamente o repertório visual e formal dos estudantes, ao mesmo tempo em que dificultam a explicitação teórica das escolhas realizadas, fragilizando a articulação entre forma, conceito e argumento (Alves; Trujillo, 2025).

Esses achados sugerem que a IA tende a favorecer a produção de resultados formalmente adequados e discursivamente fluentes, mas epistemologicamente frágeis. Trata-se de conteúdos que não passaram pelos filtros tradicionais da formação acadêmica — leitura direta das fontes, confronto de interpretações, validação conceitual e responsabilidade argumentativa — e que, ainda assim, circulam como se fossem conhecimento consolidado. No contexto da graduação, em que os estudantes ainda estão construindo repertório teórico e critérios de avaliação, o risco não se limita a erros pontuais, mas à naturalização do erro e da superficialidade como saber legítimo (Selwyn, 2019).



Nesse cenário, a escrita acadêmica deixa de operar como espaço de elaboração do pensamento e passa a funcionar como produto automatizado, aproximando a experiência universitária de uma lógica de treinamento operacional. O estudante aprende a formular comandos, ajustar a forma e obter textos eficientes, mas não necessariamente a compreender conceitos, sustentar argumentos ou assumir responsabilidade intelectual pelo que escreve. Como argumenta Selwyn (2016; 2019), essa racionalidade produtivista redefine silenciosamente o sentido da aprendizagem no ensino superior, deslocando o foco da formação crítica para a obtenção de resultados imediatos.

A questão que se impõe, portanto, é central para a Arquitetura e Urbanismo enquanto campo acadêmico: o que resta da formação crítica quando o estudante, ainda em processo de consolidação teórica, passa a depender de sistemas capazes de produzir textos plausíveis, porém potencialmente incorretos, sem capacidade efetiva de verificação? Se a escrita deixa de ser um exercício de pensamento e se converte em consumo de *outputs* algorítmicos, a universidade corre o risco de formar profissionais tecnicamente habilitados, mas intelectualmente fragilizados para compreender, criticar e intervir na complexidade do espaço urbano e territorial contemporâneo (Floridi, 2023; Selwyn, 2019).

Dessa forma, a tensão entre formação crítica e treinamento operacional não se configura como dilema abstrato, mas como problema concreto da formação em Arquitetura e Urbanismo no contexto da IA generativa. Preservar a centralidade da escrita acadêmica como prática de pensamento e da reflexão teórica como fundamento do projeto implica resistir à redução da formação universitária a um conjunto de competências técnicas e reafirmar o papel da universidade como espaço de elaboração crítica do conhecimento.

4. ÉTICA DA ESCRITA ACADÊMICA MEDIADA POR IA

A incorporação da Inteligência Artificial generativa na escrita acadêmica impõe um deslocamento substantivo no debate sobre ética universitária. Diferentemente de ferramentas tradicionais de apoio à escrita — como corretores ortográficos, editores de texto ou gerenciadores bibliográficos —, a IA generativa atua diretamente sobre o núcleo da atividade intelectual, sendo capaz de estruturar argumentos, formular sínteses conceituais e sugerir referências bibliográficas. Nessas condições, a tecnologia deixa de operar como instrumento auxiliar e passa, em muitos casos, a assumir funções que historicamente constituem o cerne da formação acadêmica, tensionando as noções de autoria, responsabilidade intelectual e integridade científica (Floridi, 2023; Wame, 2023).



Esse deslocamento não pode ser compreendido apenas como problema técnico ou metodológico. Ao assumir tarefas centrais do processo de escrita — organização argumentativa, elaboração conceitual e articulação teórica —, a IA generativa introduz uma forma de terceirização do pensamento, na qual o estudante se apropria de um texto que não resulta de seu próprio percurso intelectual como se fosse de autoria plena. Ainda que haja edição ou adaptação do conteúdo gerado, tal mediação não equivale à autoria acadêmica no sentido estrito, que pressupõe responsabilidade integral pelas escolhas teóricas, pelas afirmações realizadas e pelos sentidos produzidos no texto (Cope Council, 2023).

Do ponto de vista ético, esse cenário produz implicações estruturais. A primeira delas refere-se à diluição da autoria intelectual. A escrita acadêmica deixa de ser expressão de um percurso cognitivo identificável e passa a apresentar-se como produto híbrido, cuja origem não é explicitada. Como observa Floridi (2023), sistemas de IA generativa operam sem compreensão semântica e sem compromisso com a verdade, o que rompe a relação tradicional entre produção textual e responsabilidade moral. Quando textos gerados por esses sistemas circulam como produção autoral do estudante, a autoria converte-se em uma ficção institucionalmente tolerada, esvaziando seu sentido formativo.

A segunda implicação diz respeito à fragilização da responsabilização intelectual. A ética acadêmica baseia-se no princípio de que todo autor responde pelo que afirma — conceitual, metodológica e empiricamente. No entanto, a literatura recente demonstra que sistemas de IA generativa apresentam elevada incidência de erros factuais, conceituais e referências inexistentes, fenômeno conhecido como *hallucination* (alucinação algorítmica) (Rawte *et al.* 2023; Huang *et al.* 2025).

A terceira implicação refere-se à simulação de competência acadêmica. A IA generativa produz textos formalmente sofisticados, com vocabulário técnico e estrutura argumentativa compatível com padrões acadêmicos, criando a aparência de domínio conceitual mesmo quando esse domínio não está efetivamente presente. Estudos empíricos indicam que esse efeito é particularmente sensível em estudantes em início de formação, que ainda não dispõem de repertório teórico e critérios consolidados para avaliar criticamente o conteúdo produzido (Van Niekerk; Delpont; Sutherland, 2024). Nessas condições, a escrita deixa de funcionar como evidência de aprendizagem e passa a operar como evidência de acesso à ferramenta.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, essas questões assumem contornos ainda mais delicados. A escrita acadêmica constitui parte indissociável da formação crítica e da capacidade de justificar conceitualmente decisões projetuais e analíticas. A apropriação de textos gerados por IA como se fossem de autoria própria compromete não apenas a ética individual do estudante, mas o próprio pacto formativo que sustenta



a avaliação universitária. Avaliar um texto pressupõe avaliar um sujeito em formação; quando esse texto não resulta do trabalho intelectual do estudante, o processo avaliativo perde sua base epistemológica e sua função pedagógica (Alkouk; Khlaif, 2024).

Diante desse cenário, a ética da escrita acadêmica mediada por IA não pode ser reduzida a debates instrumentais sobre plágio ou a dicotomias simplificadoras entre uso permitido e proibido. Trata-se de uma questão moral, epistemológica e institucional, que exige repensar os critérios de autoria, responsabilidade e transparência na produção do conhecimento universitário. Como argumenta Selwyn (2016; 2019), o problema central da IA na educação não é tecnológico, mas político, pois diz respeito aos valores que orientam o que se entende por aprender, ensinar e produzir conhecimento no ensino superior.

Nesse sentido, o papel das instituições e do corpo docente torna-se central. Não é razoável transferir ao estudante — especialmente ao estudante de graduação — a responsabilidade exclusiva de decidir como, quando e em que medida utilizar sistemas de IA generativa. Cabe às universidades estabelecer critérios claros de uso, exigir transparência na mediação algorítmica e reforçar práticas de supervisão intelectual, nas quais o texto produzido seja continuamente confrontado com a capacidade do estudante de explicitar conceitos, justificar escolhas e sustentar argumentos, tanto na escrita quanto na defesa oral de projetos e pesquisas (Unesco, 2023).

Sem essa supervisão, corre-se o risco de naturalizar uma forma de produção acadêmica na qual textos circulam sem autoria intelectual efetiva, erros são reproduzidos como conhecimento e a formação crítica é progressivamente substituída por desempenho formal. Defender uma ética da escrita acadêmica mediada por IA, portanto, não implica rejeitar a tecnologia, mas reafirmar que pensar, escrever e responder pelo que se escreve continuam sendo responsabilidades humanas intransferíveis no espaço universitário, especialmente em campos como a Arquitetura e Urbanismo, nos quais teoria, projeto e autoria intelectual permanecem indissociáveis.

5. A FARSA DA NEUTRALIDADE ALGORÍTMICA

Um dos argumentos mais recorrentes na difusão da Inteligência Artificial no ensino superior é o de sua suposta neutralidade técnica. A IA é frequentemente apresentada como ferramenta objetiva, eficiente e universal, capaz de organizar informações, ampliar repertórios e apoiar a produção do conhecimento de forma imparcial. No entanto, uma vasta literatura crítica tem demonstrado que algoritmos não são neutros: eles são treinados, calibrados e validados a partir de bases de dados, critérios de relevância e modelos epistemológicos historicamente situados, que refletem



disputas de poder, hierarquias acadêmicas e assimetrias geopolíticas (Noble, 2018; Birhane *et al.*, 2021; Floridi, 2023).

No caso da IA generativa, essa não neutralidade assume contornos ainda mais sensíveis. Sistemas de linguagem de grande escala são treinados majoritariamente a partir de corpora produzidos no Norte Global, com forte predominância do idioma inglês, de periódicos indexados em bases hegemônicas e de tradições acadêmicas consolidadas em universidades europeias e norte-americanas. Como demonstram Noble (2018) e Birhane *et al.* (2021), esses sistemas tendem a reproduzir e amplificar hierarquias raciais, culturais e epistemológicas já existentes, naturalizando-as sob a aparência de objetividade computacional e eficiência técnica.

Do ponto de vista epistemológico, isso significa que a IA opera a partir de um recorte específico do que é reconhecido como conhecimento legítimo. Autores, conceitos e abordagens que não circulam amplamente em bases internacionais indexadas, que não estão disponíveis em inglês ou que pertencem a tradições críticas periféricas tendem a ser sub-representados, fragmentados ou invisibilizados. Como observa Costanza-Chock (2020), tecnologias digitais frequentemente reforçam sistemas interligados de desigualdade ao privilegiarem narrativas dominantes e marginalizarem saberes situados, comunitários e contra-hegemônicos.

Esse processo dialoga diretamente com o que Quijano (2005) definiu como colonialidade do saber: a persistência de hierarquias epistemológicas que classificam conhecimentos segundo sua origem geopolítica, racial e cultural, mesmo após o fim formal do colonialismo. A especificidade da IA generativa não reside na criação dessas hierarquias, mas em sua tradução para uma linguagem computacional que as torna mais opacas, automatizadas e difíceis de contestar. Ao apresentar resultados como sínteses “neutras” ou “abrangentes”, a IA mascara o fato de que opera escolhas epistemológicas implícitas, orientadas por critérios de visibilidade e relevância historicamente produzidos (Mignolo, 2011; Floridi, 2023).

No campo da produção acadêmica, a mediação algorítmica da escrita e da pesquisa contribui para a invisibilização de autores latino-americanos, africanos e de outras regiões periféricas, reforçando cânones já consolidados e estreitando o horizonte bibliográfico dos estudantes. Epistemologias críticas — como abordagens decoloniais, feministas, indígenas ou afro-diaspóricas — tendem a aparecer de forma residual ou descontextualizada, quando não são simplesmente omitidas. Paralelamente, consolida-se a hegemonia de um “inglês acadêmico universal”, não apenas como idioma, mas como forma de estruturar argumentos, formular problemas e validar conhecimento (Quijano, 2005; Mignolo, 2011).

No campo da Arquitetura e Urbanismo, essas implicações tornam-se particularmente evidentes. Trata-se de áreas profundamente dependentes de contextos



locais, práticas situadas e interpretações culturais do espaço. A produção acadêmica que fundamenta projetos — seja na iniciação científica, nos relatórios de pesquisa ou no Trabalho de Conclusão de Curso — exige diálogo com realidades territoriais específicas, processos históricos e conflitos socioespaciais concretos. Quando a IA passa a mediar a escrita acadêmica, a seleção bibliográfica e a formulação conceitual, observa-se um apagamento progressivo de produções situadas, especialmente aquelas que tratam de urbanização periférica, informalidade, autoconstrução e territorialidades subalternizadas (Costanza-Chock, 2020).

Em seu lugar, reforçam-se referências globais consagradas, frequentemente apresentadas como universais e desvinculadas das realidades latino-americanas. Esse processo não apenas empobrece a pesquisa acadêmica, mas incide diretamente sobre o projeto, uma vez que os conceitos mobilizados para justificar o partido arquitetônico e as escolhas projetuais passam a reproduzir visões homogeneizantes, pouco sensíveis às especificidades territoriais, sociais e culturais. Como alerta Leach (2022), a automação do pensamento projetual tende a produzir respostas formalmente sofisticadas, mas conceitualmente desancoradas do contexto.

Além disso, a mediação algorítmica contribui para a homogeneização do discurso acadêmico em Arquitetura e Urbanismo. Textos passam a compartilhar estruturas semelhantes, vocabulário padronizado e formas recorrentes de argumentação, reduzindo a diversidade de estilos, abordagens e posicionamentos teóricos. Esse fenômeno favorece uma estetização do pensamento, na qual fluidez discursiva e correção formal são confundidas com densidade teórica e rigor crítico, deslocando o foco da elaboração conceitual para a aparência do texto (Selwyn, 2016; 2019).

Dessa forma, sustenta-se que a IA generativa opera como uma nova instância de colonialidade do saber, não por introduzir vieses inéditos, mas por automatizar e amplificar hierarquias epistemológicas historicamente consolidadas. Ao mediar a produção acadêmica sem explicitar seus critérios de seleção, exclusão e hierarquização, a IA reforça desigualdades no acesso à visibilidade científica e na definição do que é reconhecido como conhecimento válido no interior da universidade (Quijano, 2005; Floridi, 2023).

Reconhecer a farsa da neutralidade algorítmica constitui, portanto, condição necessária para qualquer uso eticamente responsável da IA no ensino de Arquitetura e Urbanismo. Não se trata de rejeitar a tecnologia, mas de compreendê-la como artefato político e epistemológico, cuja incorporação acrítica tende a aprofundar assimetrias já existentes. Defender a pluralidade epistemológica, a centralidade dos saberes situados e a diversidade de formas de pensar e projetar o espaço implica, necessariamente,



questionar o papel da IA como mediadora supostamente neutra da produção do conhecimento acadêmico.

6. ENSINO SUPERIOR, AVALIAÇÃO E INTEGRIDADE ACADÊMICA

A disseminação da Inteligência Artificial generativa no ensino superior não incide apenas sobre a escrita acadêmica enquanto técnica, mas desloca os próprios fundamentos do que a universidade considera avaliável: autoria, evidência de aprendizagem e validade dos instrumentos de avaliação. A avaliação universitária, em sua forma clássica, pressupõe uma correspondência — ainda que imperfeita — entre o trabalho apresentado e o percurso intelectual do estudante. Quando sistemas capazes de produzir textos completos e discursivamente convincentes passam a ser utilizados em atividades avaliativas, essa correspondência torna-se opaca, fragilizando a função pedagógica e certificadora da avaliação (Selwyn, 2016; 2019).

No campo da Arquitetura e Urbanismo, essa questão assume contornos específicos. A avaliação tradicionalmente articula dimensões técnicas, conceituais e críticas, nas quais trabalhos escritos, relatórios de pesquisa, memoriais descritivos e justificativas de projeto não são analisados apenas como produtos textuais, mas como evidências do processo de reflexão que sustenta decisões projetuais. Como destacam Alkhouk e Khlaif (2024), a avaliação no ensino superior cumpre função formativa quando permite acessar o modo como o estudante pensa, interpreta problemas e constrói conhecimento, e não apenas o resultado final apresentado.

A mediação da escrita por IA generativa tensiona diretamente essa lógica. Quando textos de fundamentação conceitual e teórica passam a ser produzidos, parcial ou integralmente, por sistemas algorítmicos, o texto deixa de ser um indicador confiável da autoria intelectual do estudante. Avaliar passa a significar, potencialmente, avaliar a capacidade de acesso, edição e adequação formal do output algorítmico, e não a compreensão conceitual ou a maturidade intelectual do sujeito em formação (Evangalista, 2025; Bittle; El-Gayar, 2025).

Pesquisas empíricas recentes indicam que esse deslocamento já é percebido pelos próprios estudantes. Em estudo conduzido em universidades australianas, Gruenhagen et al. (2024) demonstram que parcela significativa dos estudantes utiliza chatbots para “auxílio” em avaliações e que muitos não identificam essa prática como violação da integridade acadêmica. Esse dado evidencia uma transformação cultural no entendimento do que conta como autoria, esforço intelectual e trabalho acadêmico. No contexto da Arquitetura e Urbanismo, tal deslocamento manifesta-se quando o estudante passa a compreender o texto de fundamentação como etapa meramente



formal do projeto, passível de terceirização, e não como parte constitutiva do processo projetual.

Do ponto de vista pedagógico, esse cenário impõe desafios significativos. Se o texto deixa de funcionar como evidência confiável de aprendizagem, os instrumentos tradicionais de avaliação tornam-se insuficientes. Como argumentam Alkoug e Khlaif (2024), a presença da IA generativa exige o redesenho das práticas avaliativas, de modo a privilegiar processos, rastros de decisão, explicitação de raciocínios e demonstração de competências de alta ordem, como pensamento crítico, criatividade e capacidade de argumentação. Avaliações centradas exclusivamente no produto final tendem a perder sua função formativa em contextos de ampla mediação algorítmica.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, essa necessidade de reconfiguração encontra ressonância em práticas avaliativas já consolidadas, como bancas, defesas orais e apresentações públicas de projeto. Nessas instâncias, a avaliação não se limita à análise de peças gráficas ou textos escritos, mas envolve a capacidade do estudante de justificar conceitualmente suas escolhas, dialogar com referências teóricas e responder criticamente a questionamentos. Quando a escrita acadêmica é mediada por IA sem transparência, a banca avaliadora perde acesso ao percurso intelectual que deveria estar sendo avaliado, comprometendo a legitimidade do processo (Alkoug; Khlaif, 2024).

Nesse contexto, a resposta institucional não pode se limitar à promessa de detecção técnica do uso de IA, uma vez que a literatura recente aponta limitações significativas desses sistemas e riscos de falsas acusações. O debate desloca-se, portanto, da vigilância para a redefinição do que se pede ao estudante. Estudos qualitativos indicam que avaliações que exigem reflexão explícita sobre escolhas, processos e usos de ferramentas produzem evidências mais consistentes de aprendizagem e favorecem o debate ético sobre a mediação algorítmica (Foung; Lin; Chen, 2024; Alkoug; Khlaif, 2024).

Do ponto de vista institucional, documentos internacionais reconhecem que a velocidade de difusão da IA generativa tem superado a capacidade regulatória das universidades. As diretrizes da Unesco (2023) ressaltam a necessidade de uma abordagem centrada no humano, orientada por princípios de transparência, responsabilidade e supervisão pedagógica, em contraposição a respostas meramente técnicas ou punitivas. Essa perspectiva converge com críticas que defendem a centralidade da formação intelectual e da integridade acadêmica como valores estruturantes do ensino superior (Selwyn, 2016; 2019).

Dessa forma, o problema da integridade acadêmica sob a mediação da IA generativa revela-se estrutural e transversal. Ele reorganiza silenciosamente a economia moral da avaliação universitária, tornando insuficientes critérios tradicionais baseados na autoria presumida e no texto como evidência direta de aprendizagem. Para a



Arquitetura e Urbanismo, campo no qual pensamento crítico, justificativa conceitual e criatividade interpretativa são dimensões centrais da formação, as consequências são particularmente sensíveis. Se a avaliação deixa de captar a capacidade do estudante de sustentar decisões, interpretar problemas e articular conceitos, a certificação acadêmica corre o risco de legitimar competências apenas aparentes.

Nesse sentido, a resposta consistente à presença da IA no ensino superior não reside na negação da tecnologia, mas no redesenho consciente das práticas avaliativas, de modo a recuperar o núcleo do pacto pedagógico universitário: avaliar quem pensa, como pensa, a partir de quais referências e com qual responsabilidade intelectual, tanto no texto quanto no projeto que ele fundamenta.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou deslocar o debate sobre a incorporação da Inteligência Artificial no ensino de Arquitetura e Urbanismo de uma abordagem predominantemente técnica para uma reflexão de natureza epistemológica, ética e pedagógica. Argumentou-se que a presença crescente da IA — especialmente da IA generativa — não se limita à introdução de novas ferramentas no cotidiano acadêmico, mas produz deslocamentos significativos nos processos de escrita, autoria, avaliação e, de forma mais ampla, no próprio sentido da formação universitária (Selwyn, 2016; 2019).

Nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, esses deslocamentos assumem particular relevância, uma vez que a formação acadêmica se estrutura historicamente na articulação entre projeto, teoria e crítica. Como demonstrado, a escrita acadêmica não se configura como exigência formal acessória, mas como prática constitutiva do processo formativo, por meio da qual o estudante elabora conceitos, sustenta decisões projetuais e constrói leituras críticas do espaço urbano e territorial (Emig, 1977; Bondía, 2002). A mediação algorítmica da escrita incide diretamente sobre esse núcleo formativo, tensionando a relação entre pensamento, autoria e responsabilidade intelectual.

Ao longo do texto, evidenciou-se que a incorporação acrítica da IA tende a reforçar uma racionalidade técnico-instrumental já presente no ensino superior, aproximando a formação universitária de uma lógica de treinamento operacional orientada por eficiência, produtividade e desempenho formal (Carmo, 2017; Selwyn, 2016; 2019). No campo da Arquitetura e Urbanismo, essa racionalidade se expressa na valorização de outputs projetuais e textuais formalmente sofisticados, porém nem sempre sustentados por processos efetivos de elaboração conceitual, o que fragiliza a formação crítica e a capacidade reflexiva dos estudantes.



Outro eixo central da análise foi a problematização da ética da escrita acadêmica mediada por IA. Argumentou-se que a utilização de sistemas generativos para estruturar textos, sintetizar argumentos ou sugerir referências introduz formas de terceirização do pensamento que comprometem a autoria intelectual e a integridade acadêmica. Como discutido, a produção de textos com aparência de domínio conceitual, mas desvinculados do percurso intelectual do estudante, transforma a escrita em simulação de competência, esvaziando seu papel como evidência de aprendizagem (Floridi, 2023).

A crítica à neutralidade algorítmica permitiu explicitar que a IA não opera como ferramenta imparcial, mas como artefato político e epistemológico, treinado a partir de bases de dados e critérios de relevância que reproduzem hierarquias acadêmicas e geopolíticas. Ao mediar a produção do conhecimento universitário, a IA tende a reforçar cânones hegemônicos e a invisibilizar saberes situados, especialmente aqueles produzidos em contextos periféricos e latino-americanos, atualizando formas de colonialidade do saber sob a aparência de objetividade técnica (Quijano, 2005; Mignolo, 2011; Noble, 2018).

No âmbito da avaliação universitária, demonstrou-se que a presença da IA generativa fragiliza critérios tradicionais baseados na autoria presumida e no texto como evidência direta de aprendizagem. Quando não é possível estabelecer com clareza a relação entre o trabalho apresentado e o percurso intelectual do estudante, a avaliação perde sua função formativa e certificadora, exigindo reconfiguração institucional. Como indicam Alkoul e Khlaif (2024), a resposta consistente a esse cenário não reside na vigilância tecnológica, mas no redesenho das práticas avaliativas, com ênfase em processos, explicitação de raciocínios e demonstração de pensamento crítico.

Diante desse conjunto de argumentos, sustenta-se que o debate sobre a Inteligência Artificial no ensino de Arquitetura e Urbanismo não pode ser reduzido a questões de uso permitido ou proibido, nem a soluções técnicas abstratas. Trata-se de um debate fundamentalmente político e pedagógico, que exige posicionamento institucional claro sobre o que se entende por formação, autoria, criatividade e responsabilidade intelectual. A IA pode desempenhar funções auxiliares no processo acadêmico, desde que seu uso seja explicitado, supervisionado e subordinado aos objetivos formativos, e não empregado como substituto da elaboração conceitual e do trabalho intelectual do estudante (Unesco, 2023).

Por fim, o artigo defende que preservar a centralidade da escrita acadêmica como prática de pensamento e da reflexão teórica como fundamento do projeto constitui condição indispensável para a formação em Arquitetura e Urbanismo. Em um contexto de crescente mediação algorítmica, reafirmar a autoria intelectual, a pluralidade epistemológica e a responsabilidade pelo conhecimento produzido significa



defender a universidade como espaço de formação crítica e produção situada do saber, e não apenas como instância de treinamento técnico. As escolhas institucionais e pedagógicas realizadas diante da IA terão implicações diretas sobre o perfil dos profissionais formados e sobre os modos de compreender, projetar e intervir no espaço contemporâneo.

REFERENCIAL

ALKOUK, Wejdan Awadallah; KHLAIF, Zuheir N. AI-resistant assessments in higher education: practical insights from faculty training workshops. **Frontiers in Education**, v. 9, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.3389/feduc.2024.1499495>.

ALVES, Gilfranco; TRUJILLO, Juliana. Imagine: a Inteligência Artificial aplicada à Arquitetura e Urbanismo.

Tríades em Revista, Juiz de Fora, v. 14, e44796, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34019/1984-0071.2025.v14.44796>.

BIRHANE, Abeba et al. The values encoded in machine learning research. **arXiv**, 2021. Disponível em:

<https://arxiv.org/abs/2106.15590>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BITTLE, Kyle; EL-GAYAR, Omar. Generative AI and academic integrity in higher education: a systematic literature review. **Information**, Basel, v. 16, n. 4, p. 296, 2025. DOI:

<https://doi.org/10.3390/info16040296>.

CARPO, Mario. La arquitectura digital inteligente tiene poco que ver con los computadores (y menos aún con su inteligencia). **ARQ (Santiago)**, Santiago, n. 113, p. 18–31, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.4067/s0717-69962023000100018>. Acesso em: 07 set. 2025.

CARPO, Mario. **The second digital turn: design beyond intelligence**. Cambridge: MIT Press, 2017.

CARPO, Mario. **The alphabet and the algorithm**. Cambridge: MIT Press, 2011.

COPE COUNCIL. **Authorship and AI tools**. [S.l.]: Committee on Publication Ethics, 2023. Disponível em:

<https://publicationethics.org>. Acesso em: 10 jan. 2026.

COSTANZA-CHOCK, Sasha. **Design justice: community-led practices to build the worlds we need**.

Cambridge: MIT Press, 2020. Disponível em: <https://designjustice.mitpress.mit.edu/>. Acesso em: 10 set. 2025.

EMIG, Janet. Writing as a mode of learning. **College Composition and Communication**, Urbana, v. 28, n. 2, p. 122–128, 1977. DOI: <https://doi.org/10.2307/356095>.

EVANGELISTA, Edmund De Leon. Ensuring academic integrity in the age of ChatGPT: rethinking exam design, assessment strategies, and ethical AI policies in higher education. **Contemporary Educational Technology**, v. 17, n. 1, e559, 2025. DOI: <https://doi.org/10.30935/cedtech/15775>.

FLORIDI, Luciano. **Ethics, governance, and policies in artificial intelligence**. Cham: Springer, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.1007/978-3-030-81907-1>.



FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FOUNG, Dennis; LIN, Linda; CHEN, Julia. Reinventing assessments with ChatGPT and other online tools: opportunities for GenAI-empowered assessment practices. **Computers & Education: Artificial Intelligence**, v. 6, p. 100250, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.caeai.2024.100250>.

GRUENHAGEN, Jan Henrik et al. The rapid rise of generative AI and its implications for academic integrity: students' perceptions and use of chatbots for assistance with assessments. **Computers & Education: Artificial Intelligence**, p. 100273, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.caeai.2024.100273>.

HUANG, L.; YU, W.; MA, W.; ZHONG, W.; FENG, Z.; WANG, H.; et al. A survey on hallucination in large language models: principles, taxonomy, challenges, and open questions. **ACM Transactions on Information Systems**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 1–55, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3703155>. Acesso em: 5 set. 2025.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782002000100003>. Acesso em: 10 set. 2025.

LEACH, Neil. **Architecture in the age of artificial intelligence**. London: Bloomsbury, 2022.

RAWTE, V., CHAKRABORTY, S., PATHAK, A., SARKAR, A., TONMOY, S. M. T. I., CHADHA, A., ... & DAS, A. (2023). The Troubling Emergence of Hallucination in Large Language Models - An Extensive Definition, Quantification, and Prescriptive Remediations. Proceedings of the 2023 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing, 2541-2573. <https://doi.org/10.18653/v1/2023.emnlp-main.155> Acesso em: 10 set. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. New York: NYU Press, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

SELWYN, Neil. **Education and technology: key issues and debates**. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2016.

SELWYN, Neil. **Should robots replace teachers? AI and the future of education**. Cambridge: Polity Press, 2019.

SILVA, Débora Bretas et al. IA generativa no ensino de estruturas: pré-dimensionamento de pilares na arquitetura. **E&S Engineering and Science**, v. 14, n. 2, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18607/ES20251420011>.



UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research.** Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesco.org.uk/resources/guidance-for-generative-ai-in-education-and-research>. Acesso em: 10 set. 2025.

VAN NIEKERK, Johan; DELPORT, Petrus M. J.; SUTHERLAND, Iain. Addressing the use of generative AI in academic writing. **Computers & Education: Artificial Intelligence**, p. 100342, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.caeai.2024.100342>.

WAME – WORLD ASSOCIATION OF MEDICAL EDITORS. **Chatbots, generative artificial intelligence, and scholarly manuscripts: WAME recommendations.** 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/104738509/Chatbots_Generative_AI_and_Scholarly_Manuscripts_WAME_Recommendations_on_Chatbots_and_Generative_Artificial_Intelligence_in_Relation_to_Scholarly_Publications_Revised_May_31_2023. Acesso em: 10 set. 2025.

WILLIAMSON, Ben; EYNON, Rebecca; POTTER, John. Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency. **Learning, Media and Technology**, London, v. 45, n. 2, p. 107–114, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17439884.2020.1761641>. Acesso em: 10 set. 2025.



DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Sandra Medina Benini:

- **Concepção e Design do Estudo:** responsável pela concepção da pesquisa, definição dos objetivos e estrutura geral do estudo.
 - **Metodologia:** desenvolvimento e definição da abordagem teórico-crítica e organização dos eixos analíticos.
 - **Investigação:** realização da revisão bibliográfica nacional e internacional.
 - **Análise Formal:** análise crítica e interpretação dos referenciais teóricos utilizados.
 - **Redação - Rascunho Inicial:** elaboração integral da primeira versão do manuscrito.
 - **Redação - Revisão Crítica:** revisão do conteúdo, aprimoramento da argumentação e da coerência teórica.
 - **Revisão e Edição Final:** adequação do texto às normas da revista e ajustes finais de redação.
 - **Supervisão:** coordenação geral do desenvolvimento do estudo.
-

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Eu, **Sandra Medina Benini**, declaro que o manuscrito intitulado “**IA generativa, escrita acadêmica e formação intelectual em Arquitetura e Urbanismo**”:

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou a interpretação do trabalho. Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
 2. **Relações Profissionais:** Possui vínculo profissional com o Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), sem qualquer interferência na análise, interpretação ou apresentação dos resultados do manuscrito.
 3. **Conflitos Pessoais:** Não possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito.
-